

JEAN BODIN

TÍTULO ORIGINAL*

LES SIX LIVRES DE LA
RÉPUBLIQUE

* Tradução de *Les Six Livres de la République*, de Jean Bodin (1530-1596).
Tratado publicado originalmente em seis volumes em Paris por Jacques Du Puits em 1576.
Traduzido para o latim pelo próprio autor em 1586 com o título de *De Republica libri sex*.
Reeditado em seis volumes, com a ortografia original, no “Corpus des œuvres de philosophie en langue française”, coleção sob a direção de Michel Serres publicada pela editora Fayard, Paris, 1986.

JEAN BODIN

OS SEIS LIVROS DA
REPÚBLICA

LIVRO QUARTO

TÍTULO ORIGINAL

LES SIX LIVRES DE LA RÉPUBLIQUE – LIVRE QUATRIÈME

TRADUÇÃO E REVISÃO TÉCNICA

JOSÉ IGNACIO COELHO MENDES NETO



COLEÇÃO FUNDAMENTOS DO DIREITO

1ª EDIÇÃO

lcone
editora

BRASIL – 2012

© Copyright da tradução – 2012
Ícone Editora Ltda.

COLEÇÃO FUNDAMENTOS DO DIREITO

Conselho Editorial

Cláudio Gastão Junqueira de Castro
Diamantino Fernandes Trindade
Dorival Bonora Jr.
José Luiz Del Roio
Marcio Pugliesi
Marcos Del Roio
Neusa Dal Ri
Tereza Isenburg
Ursulino dos Santos Isidoro
Vinícius Cavalari

Título Original

Les Six Livres de la République – Livre Quatrième

Tradução e Revisão Técnica

José Ignacio Coelho Mendes Neto

Revisão do Português

Saulo C. Rêgo Barros

Projeto Gráfico, Capa e Diagramação

Richard Veiga

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, de qualquer forma ou meio eletrônico, mecânico, inclusive através de processos xerográficos, sem permissão expressa do editor (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos de tradução reservados para

ÍCONE EDITORA LTDA.

Rua Anhanguera, 56 – Barra Funda

CEP: 01135-000 – São Paulo/SP

Fone/Fax.: (11) 3392-7771

www.iconeeditora.com.br

iconevendas@iconeeditora.com.br

ÍNDICE

Capítulo I

Do nascimento, crescimento, estado florescente,
decadência e ruína das Repúblicas, 11

Capítulo II

Se há meio de conhecer as mudanças e ruínas
das Repúblicas que estão por vir, 49

Capítulo III

Que as mudanças das Repúblicas e das leis
não se devem fazer de repente, 79

Capítulo IV

Se é bom que os oficiais de uma República sejam perpétuos, 89

Capítulo V

Se é conveniente que os oficiais estejam de acordo, 109

Capítulo VI

Se é conveniente que o Príncipe julgue os súditos
e se comunique amiúde com eles, 117

Capítulo VII

Se o Príncipe nas facções civis deve se juntar a uma das
partes e se o súdito deve ser obrigado a seguir uma ou
outra, com os meios de remediar as sedições, 141



O QUARTO LIVRO DA
REPÚBLICA



CAPÍTULO I

DO NASCIMENTO, CRESCIMENTO, ESTADO FLORESCENTE, DECADÊNCIA E RUÍNA DAS REPÚBLICAS

Toda República tem origem na família, multiplicando-se pouco a pouco; ou então se estabelece de repente a partir de uma multidão reunida ou de uma colônia tirada de outra República, como um novo enxame de abelhas, ou então como um ramo tirado de uma árvore para ser plantado, o qual, tendo fincado raízes, está pronto para gerar frutos antes daquele que nasce de semente.

Nascimento das Repúblicas

Ora, uma e outra República estabelecem-se pela violência dos mais fortes ou pelo consentimento de uns que submetem voluntariamente aos outros sua plena e inteira liberdade, para que estes dela disponham por poder soberano sem lei, ou então com certas leis e condições. Tendo a República assim começado, se for bem fundada ela se assegurará contra a força externa

e contra as doenças internas; e pouco a pouco crescerá em poder até chegar ao ápice de sua perfeição, que é o estado florescente. Este não pode ser de longa duração devido à variedade das coisas humanas, que são tão mutáveis e incertas que as mais altas Repúblicas muitas vezes acabam por ruir de repente sob seu próprio peso; outras são arruinadas pela violência dos inimigos no momento em que se julgam mais seguras; outras envelhecem lentamente e acabam por sucumbir às suas doenças internas. E acontece de ordinário que as mais belas Repúblicas sofrem as maiores mudanças; e não se deve culpá-las por isso, se a mudança provém de uma força externa, como ocorre com mais frequência, pois os belos estados são os mais invejados. E assim como Demétrio, o Sitiador, não estimava nada mais infeliz que aquele que nunca conheceu a adversidade, como se a fortuna julgasse um tal homem tão covarde e tão poltrão que não merecesse que ela o perseguisse, assim vemos Repúblicas tão mal conduzidas que provocam mais pena que inveja nas outras. É por isso que é mesmo preciso ver de onde provém a mudança de uma República antes de julgá-la ou erigi-la em exemplo a ser seguido. Chamo de mudança da República a mudança de estado: quando a soberania de um povo passa para o poder de um príncipe, ou a senhoria dos maiores para o povo miúdo, ou então ao contrário; pois a mudança de leis, de costumes, de religião, de lugar não é outra coisa senão alteração se a soberania permanecer; e, ao contrário, pode acontecer que a República mude de estado mantendo as leis e os costumes, exceto no que tange à soberania, como ocorreu quando o estado popular de Florença foi transformado em monarquia; e não se deve medir a duração de uma República pela fundação de uma cidade, como fez Paulo Manuzio, que escreveu que a República de Veneza durou mil e duzentos anos, quando ela mudou três vezes, como diremos em seguida.

Não se deve medir a idade das Repúblicas pela idade das cidades

Pode acontecer também que nem a cidade, nem o povo, nem as leis sofram mudança alguma, nem dano, e mesmo assim a República pereça; como ocorre quando um príncipe soberano se torna súdito de outrem voluntariamente, ou quando por testamento ele torna herdeiro de seu estado uma República popular.

Reis que tornaram herdeiros os romanos

Como Átalo rei da Ásia, Cóctio rei dos Alpes, Polemon rei da Amásia tornaram a República dos romanos herdeira dos seus estados; os reinos foram extintos com os reis, e transformados em províncias, o que não é mudança de um estado em outro, pois a soberania é totalmente abolida.

Divisão das mudanças

E, ao contrário, se de uma cidade ou de uma província se cria um ou vários estados populares ou reinos, isso não é mudança de República, mas origem e nascimento de uma ou várias Repúblicas novas, como ocorreu quando no país da Suíça e dos Grisões (que eram vicariatos e províncias do Império) formaram-se dezoito Repúblicas, tendo cada uma seu estado soberano. E às vezes duas Repúblicas são reduzidas a uma, como as Repúblicas dos romanos e dos sabinos foram unidas num estado e, no intuito de suprimir o ensejo das guerras civis, eles não foram chamados nem romanos, nem sabinos, mas quirites, e os dois reis durante algum tempo foram bons amigos até que um mandou matar o outro. Portanto, não foi que um povo se tornou súdito de outro, como ocorre quando um, vencido, se rende ao outro, e sofre a lei do vencedor. Isso serve de solução à questão de Cuneu jurisconsulto, que pergunta se uma República unida a outra é súdita desta última, o que Bártolo negou sem distinção e o quer mostrar pelo exemplo de Raymond conde de Toulouse que não leu com atenção o tratado feito entre ele e os estados de Languedoc de um lado, e Luís IX rei da França do outro, no qual se dizia que a filha única do conde Raymond desposaria Alfonso conde de Poitiers, irmão do rei, e que se morressem sem herdeiros legítimos por eles gerados o país de Languedoc retornaria de pleno direito à Coroa, todavia, sem que se pudesse mudar os costumes do país, nem tampouco impor talhas sem o consentimento dos estados do país. O que sempre foi cumprido, permanecendo além disso com os reis a majestade soberana sobre o país e os habitantes do Languedoc, como havia sido antes que o conde dela fosse isento; mas é certo que um estado submetido a outro não constitui uma República, mas somente parte dos súditos. Ora, toda mudança é voluntária, ou necessária, ou composta de um e de outro, e a necessidade é natural ou violenta, pois embora o nascimento seja mais belo

que a morte, essa torrente de natureza fluida que arrasta consigo todas as coisas nos faz saber que um não pode existir sem a outra. Mas assim como se julga morte mais tolerável aquela que vem de velhice caduca ou de doença lenta, e quase insensível, assim pode-se dizer que a mudança de uma República que vem quase de velhice e após haver durado longa sequência de séculos é necessária e não violenta; pois não se pode chamar de violento o que vem de um curso ordinário e natural a todas as coisas deste mundo. E assim como a mudança pode ser de bem para mal, assim também pode ser de bem para melhor: ora natural, ora violenta, mas esta acontece repentinamente, a outra pouco a pouco. Quanto à mudança voluntária, é a mais suave e a mais fácil de todas: quando aquele que detém o poder soberano se despoja dele e muda a forma do estado. A mudança do estado popular em monarquia sob a ditadura de Sula foi extremamente violenta e sanguinolenta, mas a mudança que se fez da monarquia disfarçada sob a ditadura para o estado popular foi suave e graciosa, pois ele se despojou voluntariamente da soberania para devolvê-la ao povo sem força nem violência e para o grande contentamento de cada um. Assim o estado aristocrático de Siena foi transformado em popular, antes da tirania de Pandolfo, pelo consentimento dos senhores, que o entregaram nas mãos do povo e deixaram a cidade. E assim como a mudança da doença para a saúde, ou da saúde para a doença, pode advir das qualidades elementares, ou da alimentação, ou então das qualidades internas do corpo ou da alma, ou então pela violência daquele que fere ou cura, assim a República pode sofrer mudança ou ruína total pelos amigos ou inimigos externos ou internos, seja de bem para mal, seja de mal para bem; e com muita frequência contra a vontade dos cidadãos, que é preciso obrigar e forçar, quando não se pode agir melhor, como os furiosos e dementes que são curados contra sua vontade, como fez Licurgo, que transformou as leis e o estado real em popular contra a vontade dos sujeitos ou da maioria destes; embora ao fazê-lo tenha sido bastante combatido e tenha perdido um dos olhos, apesar de ter abandonado a parte que ele e seus sucessores detinham no cetro real, como príncipe do sangue e dos mais próximos da Coroa.

Seis mudanças de República

Assim como só há três espécies de Repúblicas, como mostramos anteriormente, também só há seis mudanças perfeitas, a saber: da monarquia

para o estado popular ou do estado popular para a monarquia; e igualmente da monarquia para a aristocracia ou da aristocracia para a monarquia; e da aristocracia para o estado popular ou do estado popular para a aristocracia. E para cada estado há seis mudanças imperfeitas, a saber: do estado real para o senhorial, do senhorial para o tirânico, do tirânico para o real, do real para o tirânico, do tirânico para o senhorial, do senhorial para o real. O mesmo se pode dizer da aristocracia legítima, senhorial ou facciosa, e do estado popular legítimo, senhorial e turbulento. Chamo de mudança imperfeita a da aristocracia legítima para a facção, ou do estado real para o tirânico, porque nela só há mudança de qualidade de bons senhores em maus, permanecendo sempre a monarquia em um, e a aristocracia no outro. Não faço menção à mudança da monarquia para a diarquia, entendendo por diarquia aquela na qual dois príncipes soberanos comandam numa República, numa espécie de oligarquia. De outro modo, também se poderia fazer uma triarquia de três príncipes, como ocorreu sob o triunvirato de Marco Antônio, Augusto e Lépido, pois como se deixa a unidade indivisível, entra-se na questão do número, e o número plural está contido em dois, como dizem os jurisconsultos. Nisso Aristóteles se enganou ao chamar de reino da Lacedemônia aquele onde dois príncipes soberanos comandavam antes de Licurgo. Mas além dessas mudanças de que falei ocorre às vezes que o estado seja mantido em suspenso, como depois da morte de Rômulo o povo romano ficou um ano sem monarquia, nem estado popular nem aristocracia, pois os cem senadores, que comandavam um após o outro, não tinham poder soberano, e só comandavam por comissão. É verdade que se pode dizer que a soberania havia sido devolvida ao povo e o encargo de comandar aos senadores. E às vezes ocorre que, extinto o estado real, aristocrático ou popular, se segue uma pura anarquia, quando não há nem soberania, nem magistrados, nem comissário que tenha poder para comandar, como ocorreu entre o povo hebreu após a morte de Jefté¹, em Siracusa após a morte de Díon, em Florença depois que a nobreza foi expulsa pelo povo, que permaneceu por algum tempo sem governo, como o navio sem patrão nem timoneiro; e após a morte de Abusahid, rei de Fez, o reino ficou oito anos sem rei, como diz Leão d'África; como também depois dos assassinatos de vários sultões do Egito, os mamelucos elegeram Campson rei da Caramânia, tendo passado algum tempo em pura anarquia; e os russos, que estavam cansados e

¹ Liv. 9.

extenuados de guerras civis por falta de príncipe soberano, mandaram buscar três príncipes da Alemanha no ano de 865.

O último ponto é quando o estado se extingue com todo o povo, como ocorreu com o povo e a senhoria de Tebas, que Alexandre, o Grande, exterminou com sua cidade, e com os madianitas, amorreus e outros povos exterminados pelos hebreus, que fizeram perecer não apenas as Repúblicas, mas também os povos da Palestina. Isso não é mudança de um estado em outro, mas a ruína deste e também do povo, pois pode acontecer que um membro da República, uma província seja exterminada, uma cidade arrasada, e morto todo o povo desta última, mas a República permaneça, como aconteceu com a cidade de Arzille no reino de Fez, que os ingleses arrasaram, passando todo o povo ao fio da espada, e com Sebaste no reino da Amásia, que Tamerlão rei dos tártaros tratou do mesmo modo. E a cidade de Bizâncio, membro do Império Romano, após ter sofrido durante três anos o cerco do imperador Severo, enfim foi tomada, saqueada, arrasada, todo o povo morto, e o território dado aos períntios, que nele construíram depois a cidade chamada de Constantinopla, hoje Istambul. A monarquia também tem isso de especial que os monarcas expulsos amiúde com violência uns pelos outros não mudam de estado. Foi o que em poucos meses ocorreu, de nossa memória, ao reino de Telesin, onde o rei Abuchemo foi expulso pelo povo e Abyamein eleito rei; este logo depois foi expulso por Ariadin Barba-Roxa, que dele não foi senhor muito tempo, pois tendo Abuchemo retornado com as forças de Carlos V imperador expulsou Barba-Roxa e exerceu cruel vingança de seus súditos, constituindo-se vassalo e tributário do imperador. Mas logo foi ele de imediato expulso por Barba-Roxa, sem que o estado de monarquia mudasse, não mais que o imperador romano, por ter tido quatro imperadores em um ano, um morto pelo outro. Não obstante permaneceu o estado de monarquia, pelo preço e prêmio do mais forte.

Eremita eleito e coroado rei contra sua vontade

Às vezes o monarca é levado a ele por força, e contra sua vontade, como Cláudio e Gordiano, o Velho, foram levados e forçados a aceitar o Império Romano; e de nossa memória os habitantes de Trípoli na Berbéria, após terem se revoltado contra o rei de Túnis Jachia, elegeram Mucamen, que logo

depois foi envenenado, e de repente forçaram um eremita a aceitar a coroa e o reino, que ele comandou contra sua vontade, até que Pedro de Navarra apoderou-se da cidade e capturou o rei, que foi enviado para a Sicília e depois enviado de volta à sua eremitagem pelo imperador Carlos V. E assim como os homens com frequência morrem antes de ter atingido a velhice, e outros na flor da idade, vários na juventude, assim também vemos algumas Repúblicas extinguírem-se antes de ter florescido em armas ou em leis; e algumas abortar ou morrer logo no seu nascimento, como a cidade de Munster, membro do Império da Alemanha, que foi desmembrada do Império pela facção dos anabatistas, sendo João de Leiden rei, que mudou o estado, as leis, a religião; e ele foi rei três anos, durante os quais foi sempre sitiado, até que a cidade foi conquistada e o rei executado publicamente.

O estado florescente de Roma foi no tempo de Papírio Cursor

Quando digo estado florescente de uma República, não pretendo dizer que ela tenha atingido o cúmulo da perfeição, pois não há nada perfeito nas coisas caducas, e menos ainda nas ações humanas do que em outra coisa que seja deste mundo; mas chamo de estado florescente o de uma República quando ela atinge o mais alto grau de sua perfeição e beleza, ou, melhor dizendo, quando ela é menos imperfeita, o que só pode ser conhecido após o declínio e mudança, ou a sua ruína, tal como os romanos experimentaram o estado real, tirânico, aristocrático e popular, porém jamais foram mais ilustres do que no estado popular, e o estado popular não floresceu então mais em armas e em leis do que no tempo de Papírio Cursor. *Illa aetate, quam nulla virtutum feracior fuit, nemo erat quo magis innixa res Romana, qua in Papirio Cursore staret.* Eis o julgamento, diz Tito Lívio, que se fazia daquele tempo: pois jamais desde então a disciplina militar e doméstica, as leis e ordenanças não foram bem executadas, a fé bem guardada, sua religião mais santamente mantida, e os vícios mais severamente punidos; também não houve então homens mais valentes. Se me disserem que eram pobres, que não haviam ainda saído da Itália, eu digo que não se deve medir a virtude pelas riquezas, nem a perfeição de uma República pela extensão do país.

O Império de Roma não foi maior do que sob Trajano

Jamais foram os romanos mais poderosos, nem mais ricos, nem maiores do que sob o Império de Trajano, que atravessou o Eufrates, conquistou grande parte da Arábia Feliz, fez construir aquela grande ponte sobre o Danúbio, cujas ruínas ainda se vê, e domou as nações mais bárbaras e ferozes que existiam então; e não obstante a ambição, a avareza, as volúpias e delícias haviam vencido os romanos a tal ponto que não tinham senão sombra da antiga virtude. Também o estado florescente dos lacedemônios não foi sob os primeiros reis, nem sob o estado popular, mas após a derrota dos persas, até que se tornassem senhores da Grécia e abrissem as passagens de suas cidades para nelas fazer entrar o ouro e a prata. Eis as distinções que é preciso notar para melhor compreender as mudanças das Repúblicas das quais não falamos anteriormente. Quanto às causas das mudanças, embora haja várias pode-se reduzi-las a um certo número: a saber, quando a posteridade dos príncipes se extinguiu, os maiores entraram em guerra pelo estado; ou então a pobreza demasiado grande da maioria dos súditos, e as riquezas excessivas de poucas pessoas, ou a divisão desigual dos estados e das honras; ou então a ambição extrema de comandar; ou a vingança das injúrias; ou então a crueldade e opressão dos tiranos; ou o temor que se tem de ser castigado tendo merecido; ou então a mudança de leis ou de religião; ou então para gozar à vontade dos prazeres que se requer; ou então para expulsar aqueles que maculam o lugar de honra por volúpias excessivas e bestiais. Deduzirei essas causas por miúdo, e se preciso as esclarecerei por exemplos. Mostrei acima que as Repúblicas tiveram seu começo por tiranias violentas, e depois que umas continuaram como monarquias senhoriais, outras como monarquias reais por direito sucessório. Depois as mudanças diversas ocorreram pelas causas de que falei.

As primeiras monarquias começaram por violência

E que assim é, todas as histórias sacras e profanas estão de acordo que a primeira soberania e forma de República começou com a monarquia dos assírios e que o primeiro príncipe Nemrod, que a maioria chama de Nino, por violência e tirania se fez soberano, e depois dele seus sucessores continuaram a monarquia senhorial, atribuindo para si a inteira disposição dos súditos e

de seus bens, até que Arbaces governador dos lacedemônios expulsou Sardanapalo último príncipe dos assírios e se fez rei sem forma nem semblante de eleição. A causa foi que Sardanapalo, estando dissoluto em prazeres e delícias, estava com mais frequência entre as mulheres que entre os homens, e não há coisa que os homens de coração suportam mais impacientemente do que se verem súditos de alguém que nada tem de homem a não ser o semblante. Vemos também que os príncipes lacedemônios descendentes de Artabazo, os reis da Pérsia, do Egito, dos hebreus, macedônios, coríntios, siciônios, atenienses, celtas, lacedemônios acederam por direito sucessório aos reinos e principados fundados em sua maioria por força e violência, e depois policiados pela justiça e pelas boas leis até que sua posteridade viesse a se extinguir, o que frequentemente provoca mudança de estado; de modo que os príncipes que abusam de seu poder e maltratam seus súditos são expulsos ou mortos,

Começo das aristocracias

E os súditos, temendo cair novamente em tirania se derem o poder soberano a um só, ou então não querendo tolerar comando de companheiro seu, fundam os estados aristocráticos, pouco se importando com o povo miúdo; e se houvesse alguns dentre os pobres e populares que quisessem também participar da senhoria, cantavam-lhes a fábula das lebres que queriam comandar os leões. Ou então se a monarquia passava a estado popular, não obstante os ricos ou nobres obtinham todos os estados e ofícios; como de fato Sólon, tendo fundado o estado popular, não quis que os pobres e o povo miúdo participassem dos estados; nem os romanos, que, tendo expulso os reis depois de ter estabelecido um estado popular, fizeram com que os estados e benefícios ficassem reservados à nobreza somente. Também lemos que, tendo sido expulsos os primeiros tiranos, os homens de armas e cavaleiros de fato eram sempre eleitos aos estados e o povo miúdo alijado, até que Aristides e Péricles em Atenas, Canuleio em Roma e outros tribunos abrissem a porta dos ofícios e benefícios a todos os súditos.

E desde então os povos, tendo descoberto à vista d'olhos e por longa sequência dos séculos percebido que as monarquias eram mais seguras, mais úteis e mais duráveis que os estados populares e as aristocracias, e entre as monarquias aquelas que eram fundadas no direito sucessório do varão mais

próximo, receberam quase em todo o mundo as monarquias sucessórias; ou temendo a morte do monarca sem herdeiros varões, deram conselho aos príncipes que escolhessem um sucessor, como vários imperadores de Roma fizeram, e como se faz ainda hoje em vários lugares da África; ou então o direito de eleição permanece com o povo após a morte dos príncipes sem sucessores; ou então tendo poder de eleição, ainda que os príncipes tenham filhos varões, como os reinos da Polônia, Boêmia, Hungria, Dinamarca, Suécia, Noruega. Se os povos tiveram um cruel tirano, elegem um príncipe justo e piedoso; se tiveram um príncipe covarde ou efeminado, ou contemplativo, procuram um valente capitão, como fizeram os romanos, que, depois da morte do rei Numa (que não fez outra coisa senão regular a religião e a polícia), elegeram Túlio Hostílio bom capitão. E ocorre ordinariamente que aos mais fortes e cruéis tiranos sucedem os príncipes equânimes e justos, que, tendo visto o fim miserável dos tiranos e para não cair no mesmo inconveniente, são ensinados quando recebem a coroa por meio de lição passada por escrito que lhes retira o poder.

Os bons príncipes ordinariamente são sucessores dos tiranos

Assim vemos que depois do fim infeliz de Marco Antônio sucedeu o grande Augusto, que governou o Império florescente em armas e em leis com muita sabedoria e virtude; depois da morte miserável de Nero seguiu-se a bondade de Galba; depois do fim estranho do cruel Vitélio sucedeu o sábio Vespasiano; ao monstro Heliogábalo morto e arrastado da mesma forma que Vitélio sucedeu o virtuoso imperador Alexandre Severo, coisa bem estranha, haja vista que era seu primo-irmão, criado e alimentado ao lado dele, e que o poder de comandar com soberania tem isso de infeliz, pois faz amiúde o homem bom tornar-se mau, o humilde, arrogante, o compadecido, cruel, o valente, poltrão. E que príncipe foi mais bem alimentado e mais sábio nos primeiros anos senão Nero? Quem poderia se igualar ao começo de Tibério, que era tão honesto, tão sábio, tão virtuoso que parecia um simples cidadão, como diz Suetônio²? Pois falando ao senado ele disse: “Tive esta alegria de vos ter como mestres favoráveis, e enquanto viver reconhecer-vos-ei como bons

² No Tibério.

senhores, pois é preciso que o bom príncipe seja escravo não apenas do senado, mas também de todos os cidadãos em geral, e com bastante frequência de cada um em particular”, e não fazia nada no começo, nem mesmo as mínimas coisas, sem o parecer do senado; não obstante ele se tornou, depois de ter provado do poder soberano, o mais detestável tirano que já houvera então em crueldade e sujas volúpias. Também lemos que Herodes o velho reinou seis anos como rei justo, como diz Filon, e trinta e um anos como tirano cruel, que mandou matar setenta senadores da casa de Davi, que compunham todo o senado com exceção de Semneas, e depois mandou matar a mais nobre mulher que teve e três de seus filhos, e deu ordem de matar todos os maiores e mais virtuosos homens de todo o país pouco depois de sua morte, a fim de que fosse pranteado.

Destaquei estes dentre vários outros: aqueles cujo começo era belo demais para continuar por muito tempo. A razão, na minha opinião, é que o príncipe que se mostra no começo tão sábio e virtuoso dissimula-se colocando um belo véu sobre seu rosto, como se dizia que Tibério fazia melhor que qualquer homem da sociedade. Ora, nada se deve esperar senão fingimento daquele que se tornou mestre de seu rosto, mas aquele que descobre logo a imperfeição que tem, embora não seja sábio, não pode ser muito mau, e pode-se esperar que seja franco e íntegro. Assim se dizia de João rei da França que tinha o coração tão generoso que não podia ver aquele que lhe desagradava, e por isso nunca se observou da parte dele um gesto traiçoeiro. Não devemos portanto nos espantar que haja poucos príncipes virtuosos, pois se há poucos homens virtuosos e desse pequeno número os príncipes ordinariamente não são escolhidos, é grande maravilha que haja algum bastante excelente entre vários; e quando ele se vê alçado tão alto que não conhece nada maior do que ele a não ser Deus, estando cercado de todos as tentações que fazem tropeçar os mais seguros, é um milagre se permanecer em posse de sua virtude.

***A bondade dos reis faz com que seus filhos
sejam amados, embora sejam tiranos***

Também o esplendor da justiça estando num príncipe como numa alta torre é tão claro que reluz ainda por muito tempo depois de sua morte, e faz com que seus filhos, embora sejam maus, sejam amados pela memória do

pai; como Cambises cruel e mau foi sempre amado e adorado pelos súditos e temido pelos outros, pelo amor do grande Ciro seu pai, cujo amor e afeição estavam tão bem gravados no coração do povo que eles amavam até, como diz Plutarco, os narizes grandes e aquilinos porque o de Ciro era assim. E o imperador Cômodo, embora fosse cruel tirano e tivesse um dia ordenado ao grande preboste de Roma que mandasse matar todos os espectadores do teatro, que não eram menos de 60 mil pessoas, tendo-os visto rir daquilo que fazia tão destramente o estado de um verdadeiro gladiador, não obstante foi sempre amado pelo amor que se tinha à memória de Marco Aurélio seu pai. É por isso que as Repúblicas não incorrem mudança pela tirania do príncipe se este for filho de pai virtuoso, pois seu estado é como uma árvore muito grande, que tem tantas raízes quanto galhos. Mas o novo príncipe sem predecessor é como a árvore alta que cresce sem raiz e que deve sua ruína ao primeiro vento impetuoso, de modo que se o sucessor e filho de um tirano seguir os passos do pai ele e seu estado correm grave perigo de sofrer mudança, pois o filho não tem garantia alguma e é malquisto, tanto pela sua vida má quanto pela de seu pai; e se ele não tiver apoio de seus vizinhos, ou não for bem apoiado por suas tropas, ou se seu estado não for fundado sobre um direito sucessório de vários reis, é difícil que ele não seja alijado.

Um novo rei de baixa extração dificilmente se mantém se não for bastante sábio e virtuoso

Disse direito sucessório de vários reis porque a virtude de um príncipe novo não basta para garantir seu filho tirano em seu estado, sem que sofra mudança, como ocorreu com Hierosmo rei da Sicília, que sucedeu a Hieron seu antepassado príncipe novo e que de súdito se fez soberano cuja virtude era tão grande que ele parecia digno de ser monarca, quando na verdade não passava de simples burguês, tal como diz Plutarco, e que tratou tão brandamente os súditos que manteve seu estado por quase sessenta anos, sem espalhafato e sem guarda, assegurando-se mais do amor dos seus que do poder dos romanos, que o prezavam mais do que todos os seus aliados; e embora seu sucessor tenha realçado seu estado, suas guardas, suas forças, suas pompas antes desconhecidas, foi tão odiado por sua tirania, seu desprezo

dos súditos e sua arrogância insuportável quanto seu predecessor foi amado³; e para cúmulo de sua desgraça não prestou contas ao senado de seu país, ao qual seu antepassado havia sempre pedido conselho; e depois de ter deixado a aliança dos romanos, que era o único apoio de sua casa, foi morto cruelmente por seus súditos junto com todos seus parentes e amigos, e a monarquia logo em seguida transformada em estado popular.

Aconteceu o mesmo com o jovem Dionísio, príncipe do mesmo país e filho de Dionísio, o Velho, que havia também usurpado o estado pela força e continuado a tirania sem apoio nem aliança de príncipe algum: tão logo declarou-se inimigo de Díon seu tio, foi expulso, e a monarquia logo depois transformada em estado popular. Lemos igualmente que Herodes, o velho⁴, filho de Antípater simples capitão, alçado a rei da Judeia sob a proteção e com o favor de César, e reconduzido por Marco Antônio e Augusto, erigiu várias fortalezas para assegurar seu estado, e para conquistar o coração dos súditos empregou todos os seus tesouros, até a louça para aliviar a pobreza do povo miúdo no tempo da fome, e abateu a terça parte dos encargos. E sabendo que com tudo isso não ganharia nada, tomou o juramento de fidelidade dos súditos, conquistando os maiores por favores e benfeitorias, e não obstante era tão odiado pelos súditos que, tendo adoecido, soube que todos se regozijavam. Porém, os judeus depois de sua morte enviaram cinquenta embaixadores a Roma para ser súditos dos romanos, embora o imperador Augusto favorecesse Herodes, tendo recebido novecentos mil escudos pelo testamento deste último, de modo que os sucessores de Herodes e todos os seus parentes, que eram em número bastante grande, faleceram todos em pobre estado, em menos de sessenta anos, porque ele não tinha predecessores reis e porque sua proeza e vigor faltavam nos seus sucessores. Ora, tais mudanças ocorrem antes se o tirano é demasiado taxador, ou cruel, ou efeminado em volúpias ilícitas, ou se é tudo isso junto, como eram Nero, Tibério, Calígula.

Mas a devassidão arruinou mais príncipes que todas as outras causas. Por isso ela é muito mais perigosa para um príncipe para seu estado do que a crueldade, pois a crueldade mantém os homens tímidos e covardes, e inspira terror nos súditos. Mas a devassidão provoca ódio e desprezo pelo tirano, na medida em que cada um julga que o homem efeminado tem sempre o

³ Lívio liv. 24.

⁴ Josefo, Guerra dos Judeus.

coração covarde, e que ele é indigno de comandar todo um povo, não tendo poder sobre si mesmo. Também se vê que Sardanapalo rei da Assíria, Canades rei da Pérsia, Dionísio o moço e Hierosmo reis da Sicília, Heliogábal, Amintas, Childerico, Periandro, Pisítrato, Tarquínio, Aristócrata rei dos messênios, Timócrates rei de Cirene, Andrônico imperador de Constantinopla, Roderico de Espanha, Ápio Cláudio, Galeazzo Sforza, Alexandre de Médici, o cardeal Petrucci tirano de Siena, Lugtac e Megal reis da Escócia, todos perderam seus estados por causa de sua devassidão, e a maioria deles foi morta imediatamente. E não faz muito tempo que as cidades Dalmendin e Delmedine foram desmembradas do reino de Fez e submetidas ao poder dos portugueses por causa de uma filha raptada do marido pelo governador, que depois foi morto. E Abusahid rei de Fez foi massacrado com seis de seus filhos por um secretário seu por ter abusado de sua mulher, como lemos em Leão, o Africano. E de nossa memória o povo de Constantine preferiu sofrer o comando de Delcaied cristão renegado a obedecer ao filho do rei de Túnis. E pelo mesmo motivo Muleasses rei de Túnis perdeu seu estado, e não obstante era ele tão dissoluto em delícias que, mesmo retornando da Alemanha sem esperança de que o imperador Carlos V lhe desse qualquer ajuda, e tendo sido banido de seu reino, gastava até cem escudos para decorar uma capa, como diz Paul Jove, e para melhor gozar o prazer da música fazia vender-se os olhos. Todavia o julgamento de Deus foi tal que seus filhos o cegaram com uma barra de ferro quente.

***Por que a devassidão arruinou mais
príncipes que a crueldade***

Mas por causa da crueldade de um príncipe o estado não mudará com facilidade se ele não for mais cruel que as feras selvagens; como Fálaris, Alexandre Fereu, Nero, Vitélio, Domiciano, Cômodo, Caracala, Maximiano, Ecelino de Pádua, João Maria de Milão, que foram todos mortos ou expulsos, e seus estados tirânicos em sua maioria transformados em estados populares. O que ocorre não tanto pela crueldade para com o povo miúdo (o qual não é levado em consideração no estado tirânico) quanto pela crueldade cometida contra a pessoa dos grandes e dos melhores aliados, e às vezes também pela contumélia, que é mais odiosa às pessoas de honra que a crueldade. Foi o que